

## RESUMO

A política educacional brasileira sobre a Educação Especial foi marcada, ao longo do tempo, pela predominância da perspectiva assistencialista, sendo que, a partir da década de 1990, tem origem a perspectiva da inclusão. Essa mudança ocorreu em decorrência da participação do Brasil nas Conferências internacionais sobre educação, quando, a fim de cumprir os compromissos nelas assumidos, passou a formular políticas internas de educação inclusiva. Dentre os vários documentos publicados, no sentido de promover a inclusão de alunos com necessidades especiais no ensino regular, temos a *Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva*, de 2008, que define como público-alvo os alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, nas classes de ensino regular e no Atendimento Educacional Especializado (AEE). Nesse contexto, o objetivo desta pesquisa foi o de compreender as políticas educacionais da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva, além de analisar como o AEE se insere nesse processo. Para tanto, investigamos os documentos nacionais e internacionais, bem como as legislações brasileiras. Por meio deste estudo evidenciamos que o AEE constitui-se como uma ação governamental para a oferta de ensino que perpassa o ensino regular, isto é, como um atendimento complementar e/ou suplementar a escolarização. Além disso, evidenciamos que a perspectiva inclusiva é uma necessidade, que emana da sociedade, em se fazer valer o direito de educação para todos, independente de quaisquer características física, psicológica ou emocional do ser humano.

**Palavras-chave:** Políticas Educacionais. Atendimento Educacional Especializado. Inclusão Escolar.